

Grupo dos 32 joga com 80 itens para apressar trabalhos

JORNAL DE BRASÍLIA - 1 DEZ 1987

Após minucioso levantamento, o Grupo dos 32 chegou à conclusão de que pelo menos 80 itens do texto constitucional poderão ser negociados a partir da apresentação de emendas na votação em plenário. Segundo a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), esta é a única maneira de evitar que a elaboração da Constituinte se estenda por mais alguns meses. A exemplo do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a deputada também está convicta que a Constituição ainda pode ser promulgada no final deste ano.

A idéia, de acordo com a deputada, é fechar acordo em dois pontos: que somente sejam apresentadas emendas a estes itens e que seja dada uma "abertura" maior no texto referente à área econômica, contanto que sejam mantidas todas as conquistas na área social. A deputada não quis

adiantar as emendas de plenário, mas garantiu que o preâmbulo do texto constitucional deve ser modificado.

Inéditas

O preâmbulo, considerado "um horror" pela deputada, deve receber uma nova emenda, redigida pelo próprio presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

Sandra adiantou ainda que as emendas a serem apresentadas em plenário são "novas em folha". Ou seja, sequer foram apresentadas na Comissão de Sistematização.

A deputada lembrou que a insistência do grupo conservador "Centrão" em alterar o Regimento Interno pode retardar em muito a promulgação da Constituição. "Se eles tentarem esgotar todas as possibilidades nas disposições do Regimento, visando alterá-lo, a Constituição só vai ser promulgada no ano 2000" - alerta a deputada.

Lourenço ironiza a convenção

"Toda a oposição ao Governo que existe no PFL cabe num fusca, e ainda sobra lugar para o motorista", ironizou ontem o líder do PFL na Câmara e na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), referindo-se à convenção do partido que será realizada no ano que vem, para decidir se haverá ou não rompimento com o Governo. Lourenço não quis, no entanto, fazer mais comentários sobre a convenção, alegando que isso "é assunto do senador Marco Maciel, presidente do Partido".

O líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS), explicou que as datas de 28 de fevereiro, 10 de abril e 15 de maio são as previstas, por força de lei, para a realização das convenções municipais, regionais e nacional. A convenção para se saber se o partido rompe ou não com o Governo será marcada em caráter extraordinário, uma semana após a promulgação da Constituinte, e portanto pode ocorrer antes de 15 de maio, data da convenção prevista em lei para renovação da direção partidária. São essas datas previstas em lei que constam da agenda do senador Marco Maciel.

Demora

Mesmo não estando marcada, a convenção, prevista para uma semana após a promulgação da Constituinte, provoca críticas e

ironias no partido, tanto por parte dos que querem o rompimento como parte daqueles que não vêem possibilidade de se fazer oposição ao Governo, como é o caso do deputado José Lourenço. O deputado Messias Góis, de Sergipe, diz que não tem nenhum compromisso com Marco Maciel. "Eu e toda a bancada de Sergipe só seguimos orientação do ministro João Alves, do Interior", assegura ele, lançando em seguida a ironia: "Pelo que eu conheço da Frente Liberal, ela não rompe com o Governo nem antes nem depois da convenção". Ele diz que a questão do rompimento é de menor importância, "pois o que o PFL precisa é se definir como partido ter uma cor e uma mensagem".

O deputado Jayme Sant'anna (MA), que integra a Executiva e se alinha entre os que querem o rompimento, também ironiza: "Só falta marcar o ano em que será realizada a convenção para decidir se rompemos ou não". Pertencente ao mesmo grupo, o deputado Alcení Guerra (PR) acrescenta: "Marcar uma convenção em data tardia é apenas uma atitude cômoda de quem não quer mudar o status quo do partido". Para ele, o senador Marco Maciel teve que se dobrar à influência dos que não querem o rompimento, pois são a maioria no partido, daí o adiamento da decisão para o ano que vem.

Constituintes admitem Carta só para março

O Brasil somente terá uma nova Constituição a partir de março de 1988. A previsão é da maioria dos constituintes depois de feitas as contas sobre o calendário de votação da Assembléia Constituinte independente das alterações que vierem a ser realizadas no Regimento Interno da Casa.

As avaliações são reforçadas pelo fato de que a Constituinte não deverá votar qualquer matéria relativa ao projeto de Constituição, neste ano. Assim, em termos de votação de plenário, o mês de dezembro está perdido já que o recesso previsto para o período entre o próximo dia 20 até o dia 4 de janeiro de 1988 é inevitável.

Restariam apenas as duas primeiras semanas do mês para as atividades da Constituinte, que precedem o recesso. O calendário da Casa, porém, prevê que esse período será gasto com a apresentação de emendas ao texto aprovada na Comissão de Sistematização, apresentação do parecer do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), publicação de avulsos e abertura de novos prazos para o oferecimento de destaques para a votação em plenário.

Prazos

Segundo o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA), o mês de março é uma referência inevitável para a conclusão dos trabalhos da Constituinte. A estimativa do senador baseia-se no fato de que a Comissão de Sistematização com apenas 93 membros gastou 55 dias para votar o projeto de Constituição elaborado pelo relator. Em plenário, com 559 constituintes e dois turnos de votação, a tendência normal é a de, no mínimo, serem necessários os quase dois meses que o projeto tramitou na Comissão.

Também o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) compartilha da opinião do senador paraense. Para Vivaldo, a única chance de antecipar a promulgação da Constituição seria o cancelamento do recesso por parte do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Esta hipótese, no entanto, é improvável porque, na prática, os constituintes começarão a deixar Brasília à medida em que as festas de fim de ano se aproximarem, mesmo que não sejam suspensos os trabalhos da Constituinte.

Vivaldo Barbosa lamenta apenas que o plenário já poderia ter começado a votação do projeto de Constituição se o "Centrão" não tivesse apresentado a proposta de mudança do Regimento Interno da Casa. O deputado lembra ainda que alguns temas como os direitos dos trabalhadores, sistema de governo e todo o capítulo referente à Ordem Econômica, deverão retardar a votação do projeto de Constituição.

Diretas 88 têm emenda do "Centrão"

Belo Horizonte - A primeira emenda ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização propondo eleições gerais em 1988 e plebiscito sobre o sistema de Governo já foi encaminhada à Mesa da Constituinte pelo deputado José Santana (PFL-MG), integrante do "Centrão". A emenda tem o apoio da bancada do PT na Constituinte, segundo revelou ontem, nesta capital, o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

Mas, o PT tem uma emenda semelhante a apresentar, incluindo plebiscito não apenas sobre forma de Governo, mas também sobre outras questões temáticas. Virgílio Guimarães disse que a Constituinte sofre uma crise de identidade, pois existe um grupo majoritário, o "Centrão", que "sabe o que não quer, mas não sabe o que quer", afirmou.

O deputado José Santana disse ontem, nesta capital, que o mandato do presidente foi encurtado em dois anos. Então, os dos governadores e dos constituintes devem ser também para possibilitar, com o surgimento de nova ordem jurídica, a realização de eleições gerais no País.